



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR  
Blumenau - SC - Brasil

---

## ESPERANÇAR A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM MEIO REMOTO: O PROJETO DE EXTENSÃO NATAL DESENHADA

**EUNÁDIA SILVA CAVALCANTE** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NO) -  
eunadia.cavalcante@ufrn.br

*Eunádia Silva Cavalcante é Arquiteta e Urbanista, graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

**JOSÉ CLEWTON DO NASCIMENTO** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NO) -  
jotaclewton@gmail.com

*José Clewton do Nascimento (jotaclewton) é Arquiteto e Urbanista, graduado pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Doutor em arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU UFBA).*

**MÔNICA ROSÁRIO ALVES** (PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA) -  
monicalves72@gmail.com

*Arquiteta e Urbanista pela UFRN, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo PPAPMA/UFRN, Doutoranda do PPGAU/UFRN e professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFACEX, coordenadora do grupo Urban Sketcher Natal*

**ANDRÉ FELIPE MOURA ALVES** (CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIRN) - andrefelipeac@yahoo.com.br  
*Arquiteto e Urbanista pela UFRN, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo PPAPMA/UFRN, professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIRN, coordenador do grupo Urban Sketcher Natal*

## **Esperançar a educação patrimonial em meio remoto**

### **O projeto de extensão Natal Desenhada**

#### **RESUMO**

O artigo objetiva apresentar as ações decorrentes do projeto de extensão NATAL DESENHADA, dando ênfase às suas duas edições mais recentes, desenvolvidas em formato remoto. O projeto, que intenta fomentar discussões acerca do patrimônio cultural a partir da realização de um conjunto de ações que visam articular as atividades de educação patrimonial e utilização do desenho de locação como linguagem / forma de expressão, segue duas premissas fundamentais: a definição de patrimônio cultural, em uma abordagem alargada (patrimônio como herança; patrimônio como constructo - em que o cotidiano é tratado como base nesse constructo; e o entendimento que a educação patrimonial, enquanto processo educacional, “é mais amplo que a escolarização – inserindo-se em contextos culturais nos quais a instituição escolar não é o único agente educativo” (IPHAN, 2014, p. 27). Na edição 2020, tendo como foco o bairro do Alecrim, as discussões realizadas nas rodas de conversa, bem como no momento do compartilhamento dos desenhos apontaram para um quadro de questões reveladoras da história, dos elementos identificadores, da diversidade de usos, das memórias, dos afetos, das dificuldades e das ameaças vinculadas às propostas de intervenções apresentadas na atualidade. Já na edição 2021, buscou-se expandir o universo de trabalho para cidades do interior e da região metropolitana de Natal, conectando virtualmente os participantes, bem como expandindo a possibilidade de participação de pessoas dessas cidades, de outros estados e até de outros países. Ressaltamos que a adaptação ao modo remoto foi possibilitada pela adoção de recursos digitais que, no entanto, não substituem a experiência presencial/sensorial do corpo na cidade. E é por isso que temos esperança de dar continuidade a este projeto de extensão de forma presencial, buscando ampliar os parceiros institucionais, na expectativa de sensibilizar as pessoas mais jovens para o reconhecimento da importância do patrimônio cultural.

**Palavras-Chave:** desenho; educação patrimonial; patrimônio cultural; ambiente virtual; USK Natal.

#### **PATRIMÔNIO E COTIDIANO REGISTRADOS PELO NATAL DESENHADA (2018-2019): UMA ABORDAGEM ALARGADA.**

O Projeto de extensão Natal Desenhada, vinculado ao Departamento de Arquitetura da UFRN, é realizado em parceria com o grupo Urban Sketchers Natal, tendo seu início no ano de 2018, e em 2021 foi realizada sua quarta edição. Apresenta como objetivo fomentar discussões acerca do patrimônio cultural a partir da realização de um conjunto de ações que visam articular as atividades de educação patrimonial e utilização do desenho de locação como linguagem / forma de expressão, visto que compreendemos o desenho como “uma das múltiplas linguagens que produzem um conhecimento mais rico sobre tudo que nos cerca” (KUSCHNIR, 2012, p. 295), nos possibilitando “conhecer o

mundo”: “apresentar, revelar, manifestar, expor, marcar, dar provas de, realçar, atestar, salientar, deixar ver, fazer compreender, demonstrar, tornar visível” (KUSCHNIR, 2012, p. 296), e por conseguinte, ao se desenhar, busca-se aprender algo, e algo a mais, sobre uma pluralidade de coisas (BREHM, in Urban Sketchers em Lisboa: Desenhando a cidade, 2012, p.20).

Apresentamos duas premissas como aspectos fundamentais: a primeira, relacionada à definição de patrimônio cultural, em uma abordagem alargada (patrimônio como herança; patrimônio como constructo - apropriação, ressignificação; incorporação do cotidiano como base nesse constructo). Em se tratando da temática relacionada ao patrimônio cultural, esta experiência também confirma a nossa premissa de que atualmente a noção de patrimônio extrapola o âmbito da excepcionalidade: diz respeito também a vínculos constituídos pela prática cotidiana e pelo processo de reconhecimento do valor do lugar. Faz-se necessário darmos destaque ao aspecto de que o desenhar promoveu a possibilidade de permanência e interação com os espaços registrados, uma ação indispensável para a criação de laços de afetividade com os lugares e de pertencimento para que as pessoas possam de alguma forma se reconhecer como sendo parte destes.

A segunda, diz respeito à educação patrimonial: Partimos do que dispõe a Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018, em seu Art.7º:

Entende-se por Educação Patrimonial todos os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que tem como foco o Patrimônio Cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais, a fim de colaborar para sua preservação.

Consideramos também que “o processo educacional é mais amplo que a escolarização – inserindo-se em contextos culturais nos quais a instituição escolar não é o único agente educativo” (IPHAN, 2014, p. 27).

Ancorados nessas abordagens, entendemos que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural, e que ações a serem propostas devem ter um caráter dinâmico e criativo, a ampliar o entendimento dos vários aspectos que constituem o nosso patrimônio cultural, vinculando-os a questões relacionadas com a formação de cidadania, identidade, memória e demais aspectos que fazem parte do nosso cotidiano: reconhecer, portanto, a força e a importância do cotidiano, do local, na concepção e nas ações vinculadas ao patrimônio cultural, bem como tornar oportuno a divulgação de ações empreendidas acerca do cotidiano em espaços coletivos referenciais e que muitas vezes ficam sem visibilidade diante da cultura midiática e comercial vigente, oportunizando uma tomada de consciência sobre a importância do entendimento destes lugares como patrimônio cultural.

Salientamos também que trabalhamos a partir da compreensão de que a cidade é tratada como espaço educativo, embasados na afirmação de Moll (2009, p. 15 apud IPHAN, 2014, p. 24) de que “a cidade precisa ser compreendida como território vivo, permanentemente concebido, reconhecido e produzido pelos sujeitos que a habitam”.

As edições dos primeiros dois anos do projeto de extensão Natal Desenhada buscaram evidenciar estas premissas. Ocorreram de modo presencial, nos bairros da Ribeira e da Cidade Alta (Figura 01), e as ações de educação patrimonial aconteceram no sentido de construir conexões entre as gerações que não conheceram os referidos bairros de forma pulsante e viva; que desconhecem as atividades culturais e a arquitetura da Cidade Alta, pelo fato de nunca ter ido a esses bairros. Nesse sentido, a atividade do desenhar / observar, portanto, ao potencializar e fomentar as discussões acerca das dificuldades encontradas nas tentativas de valorização / requalificação dos espaços, bem como discussões acerca do processo de descaso / abandono vivenciado pelos bairros, no nosso entender, cumpriram o propósito de ser um agente de educação patrimonial.

Figura 01: Imagens das ações realizadas em 2018/2019



Fonte: Acervo dos autores

As ações foram estruturadas da seguinte forma: partimos da definição da temática (patrimônio cultural) e do universo empírico onde seriam desenvolvidas as atividades (os bairros da Ribeira, em 2018; e da Cidade Alta, em 2019), para definirmos as temáticas a serem abordadas, que nortearam tanto a escolha dos locais a serem registrados por desenhos, bem como o enfoque das discussões a serem realizadas nas “mesas de conversas”, conduzidas pelos “puxadores de conversa”: pessoas que tinham de alguma forma contato com o espaço / edifício-tema, e cujo vínculo se desse tanto na perspectiva acadêmica (professores, pesquisadores), de gestão (técnicos, gestores), ou que estão relacionados a partir do uso/ apropriação dos espaços (moradores, usuários, frequentadores). Cada encontro se desenvolveu, portanto, a princípio, a partir de 3 ações (Encontro para desenhar; Compartilhamento dos desenhos; Roda de conversa), as quais foi incorporada mais uma ação, vinculada a uma atração musical (ora

grupos tradicionais da cidade, com alguma relação ao local de ocorrência do encontro; ora grupos de extensão da própria universidade, reforçando os vínculos entre ações desenvolvidas no âmbito da instituição).

Os resultados destas ações geraram motivações para a continuidade do projeto no ano de 2020, amparadas em aspectos relacionados: ao entendimento acerca da importância das ações de extensão no processo de aproximação entre os saberes acadêmicos e a realidade vivenciada em nossas cidades; a confirmação da premissa de que atualmente a noção de patrimônio extrapola o âmbito da excepcionalidade (há vínculos constituídos pela prática cotidiana e pelo processo de reconhecimento do valor do lugar, que apresentam uma arquitetura de cunho modesto, porém representativa com relação à sociedade que dela se apropria em seu cotidiano); o destaque à prática do desenhar como promotora da possibilidade de valorização dos espaços registrados, uma ação indispensável para a criação de laços de afetividade com os lugares e de pertencimento para que as pessoas possam de alguma forma se reconhecer como sendo parte destes, de modo que o lugar seja identificado como espaço que abriga e possibilita a existência e as práticas do patrimônio imaterial.

### **NATAL DESENHADA NO ALECRIM (2020): ADEQUAÇÃO AO FORMATO REMOTO**

A edição proposta para o ano de 2020, teve o bairro do Alecrim como área de execução do projeto. Sendo o quarto bairro de Natal, assim foi reconhecido em 23 de outubro de 1911, tem sua origem vinculada a instalação do Cemitério Público, em 1856, nas terras em que predominava um descampado, constituído por algumas pequenas casas e seus roçados e por onde passava a estrada velha dos Guarapes que ligava a capital ao sertão. A história oral indica que a origem do nome, do que viria a ser o bairro de comércio popular mais dinâmico da cidade, está relacionada ao costume de uma senhora que enfeitava com ramos de alecrim os caixões dos anjinhos enterrados no cemitério, ou devido a abundância de alecrim-do-campo na região. Antes disso, a região foi por algum tempo conhecida como Cais do Sertão, tendo sido conhecido também como Refoles e Alto da Santa Cruz.

O Alecrim tem como característica principal o comércio popular e a atuação informal dos camelôs. Atividades essas que vêm sendo ameaçadas pela proposta de implantação de shopping centers e reestruturação do sistema viário que privilegia o transporte individual, que podem levar a um processo de gentrificação do bairro, até hoje habitado, em sua maioria, por pessoas das camadas populares. É possível observar que parte da sua história sofre com o desaparecimento de referências arquitetônicas ocultas atrás das fachadas de publicidade do setor comercial, e pela demolição de edifícios para abrir espaço para estacionamentos. Além disso, em 2019, se acentuaram as discussões em torno da revisão do Plano Diretor de Natal, nas quais foi observado o interesse em alterar prescrições urbanísticas vigentes que, de certa forma, garantiram a permanência de comunidades tradicionais em territórios providos de infraestrutura e localizados em áreas centrais da cidade, sendo o bairro do Alecrim um desses lugares. Estes aspectos reforçam a necessidade do estabelecimento do incentivo de um canal de discussão acerca da possibilidade de transformações de impacto no bairro, e por conseguinte, de seu caráter popular, que tanto o identifica como lugar.

Nesta edição, o maior desafio encontrado, e que motivou a alteração mais significativa foi dada pela necessidade do estabelecimento de uma nova dinâmica dos encontros, a partir da adequação das atividades em função do isolamento social imposto pela pandemia do novo coronavírus sars cov2, visto que, em essência, o projeto pressupõe a prática do "estar no lugar", do apreender a cidade através dos desenhos de locação a partir da vivência no espaço urbano. Na busca desta adequação, para possibilitar o desenvolvimento das atividades foi adotada uma metodologia ancorada em meios digitais tanto para o acesso às imagens dos locais escolhidos a serem registrados por desenhos, excepcionalmente, de modo remoto, (ou seja: para o momento do desenho, os locais sugeridos foram definidos por meio do Google Street View e de vídeos pré-selecionados) bem como para a discussão e compartilhamento das temáticas que nortearam as atividades, no momento da roda de conversa e do compartilhamento dos desenhos produzidos, foram utilizados os ambientes virtuais (plataformas Google meet) (Figura 02).

Figura 02: Desenhos das ações realizadas em 2020



Fonte: Acervo dos autores

Foram realizados 3 encontros, em locais pré-estabelecidos a partir das temáticas a serem discutidas (As origens do bairro do Alecrim; Saberes e formas de expressão no cais do sertão; A lógica e a diversidade do bairro; Os descasos ao patrimônio)<sup>1</sup>. As discussões realizadas nas rodas de conversa, bem como no momento do compartilhamento dos desenhos, formam um quadro de questões reveladoras da história, dos elementos identificadores, da diversidade de usos,

<sup>1</sup>a) "As origens do bairro do Alecrim", participação do artista e produtor cultural Thiago Medeiros, desenhos em torno do cemitério e da igreja de São Pedro; b) "A lógica e a diversidade - Feira do Alecrim", participação da professora Ruth Ataíde e do historiador Luciano Capistrano, desenhos em torno da feira; c) "Os descasos ao patrimônio", participação do arquiteto Daniel Viana, desenhos em torno do camelódromo e área comercial.

das memórias, dos afetos, das dificuldades e das ameaças vinculadas às propostas de intervenções apresentadas na atualidade.

Um dos aspectos discutidos diz respeito às origens e aos elementos que o consolidaram como bairro: o Alecrim, desde os seus primórdios, constituiu-se em um lugar de caráter popular, ocupado por pessoas provenientes do interior do estado que, fixaram moradia e trabalho às margens da “cidade oficial”: transformou-se no “cais do sertão”, local onde irão se consolidar os hábitos e costumes de quem veio de fora. Nesta condição de “estar à margem”, o Alecrim é identificado como espaço que vai receber equipamentos que o centro “rejeita” (cemitério, leprosário), porém, por se revelar como espaço de acolhimento, passa também a conformar o espaço do comércio popular e da “vida”. Desta forma, podemos identificar na morfologia do bairro, desde os primórdios, uma diversidade que apresenta tanto equipamentos de porte (igreja, cemitério), como uma arquitetura de caráter popular, indissociável dos hábitos populares observados nas práticas cotidianas. Para além do espaço físico, o habitar no Alecrim é identificado a partir das histórias, memórias e afetos de quem o habita, encorpado por saberes e formas de expressão vinculadas ao “cais do sertão”.

Deste espaço popular e ancorado na prática do comércio, derivamos a próxima questão discutida e desenhada nos encontros: este comércio é notadamente popular, porém apresenta-se de forma diversificada. Podemos identificar um tipo de comércio mais formal (lojas, centros comerciais), dividindo espaços com o comércio informal, este último notadamente predominante, com espaços referenciais, como o resistente “camelódromo”. E há outro tipo de comércio bem representativo no bairro: o que tem os mercados e as feiras como lugares em que se atestam as maiores expressões da economia de base popular (trabalho e sociabilidades), entendidos também como lugar de realização da vida e das práticas cotidianas (de moradores, vendedores e compradores).

Dentre os encontros realizados, um foi especial: realizado no dia 17 de julho de 2021, tornou-se comemorativo do centenário da tradicional “Feira do Alecrim”, apresentada nas discussões (tanto na roda de conversa, como na elaboração e compartilhamento dos desenhos): a feira como lugar de histórias, memórias e afetos; para além de sua dimensão utilitária / funcional, a feira e os seus sons, cheiros, texturas, também constitui-se em um espaço de apreensão estética; para além de sua importância como geradora de emprego e renda, a feira caracteriza-se, em seu aspecto cultural, como espaço de identidade do Natalense, conforme palavras dos “puxadores de conversa”:

A feira tem duas importâncias para a cidade: ela tem essa importância do emprego e renda, que acredito ser fundamental (...) e ela tem o outro lado importante do ponto de vista da cultura: a feira é sim um espaço de identidade do Natalense. É um espaço, sim, para se conhecer, que nós, natalenses, temos como identidade (fala do historiador Luciano Capistrano).

Eu acho que a feira é um espaço importante, de fundamental importância para identificar o ser natalense, a sua forma de falar, a sua forma de agir, o seu jeito. (...) Laços de amizade se cristalizam, se constroem na feira (...) A feira é um espaço de humanidade (fala do historiador Luciano Capistrano)

A feira (...) é a expressão cultural maior da economia de base popular (material e imaterial), e é responsável pelo sustento de muitas famílias. É, portanto, o lugar de realização da vida, e das nossas práticas cotidianas. Nossas, compradores, e também dos vendedores e consumidores (fala da professora Ruth Ataíde).

Outro aspecto abordado foi o caráter de diversificação de usos do bairro, que não se restringe somente ao uso comercial: o Alecrim é também residencial, inclusive, com habitações destinadas aos militares, como a vila de soldados da Marinha; em sua história, já foi referência na vida cultural da cidade com espaços de teatros / cinemas e ainda hoje abriga grupos artístico-culturais; como também já foi espaço tradicional das discussões e de eventos políticos. É também notório que estas últimas manifestações passam atualmente por um processo de invisibilização e de descaso quanto ao patrimônio “resistente” decorrente de tentativas, capitaneadas pela gestão municipal e setores do empresariado, de criar uma imagem estereotipada do bairro (caótica, atrasada) para justificar ações de cunho “modernizantes”. A proposta de transformação do teatro Sandoval Wanderley (o teatrinho do povo) em centro comercial ilustra bem este ideário. Em contraponto, os percursos (registrados em desenhos) e as discussões travadas nos encontros apontam para uma contra narrativa: a da diversidade de lógicas que atravessam o bairro (Figura 03).

Em síntese, uma discussão predominou nas falas e nos registros dos encontros, tomados em conjunto: é possível se pensar em formas de apreensão e em ações que busquem respeitar e valorizar a identidade do bairro, e por conseguinte o seu patrimônio (material e imaterial) como expressão da vida e da cultura popular?

Figura 03: Desenhos que representam a diversidade do Alecrim



Fonte: Acervo dos autores

Motivados pelos resultados dessa ação e, particularmente, nesse momento de isolamento social, no qual não são recomendadas atividades presenciais, buscou-se expandir o universo de trabalho para cidades do interior e da região metropolitana de Natal, conectando virtualmente os participantes, bem como expandindo a possibilidade de participação de pessoas dessas cidades, de outros estados e até de outros países, propôs-se a edição “Natal desenhada em movimento”, realizada em 2021.

Sobre as cidades selecionadas, partiu-se do pressuposto da importância das características culturais desde a sua formação, na arquitetura e na ocupação urbana, locais representativos na concepção que utilizamos de patrimônio alargado, bem como, de se ter instituições parceiras e/ou componentes do grupo USK que pudessem contribuir com a realização das atividades. Entende-se que a percepção do observador/desenhador, nessa edição, deva ser valorizada a partir da apropriação desse patrimônio, de forma a contribuir para a construção de uma reflexão coletiva acerca do patrimônio cultural destas cidades. Neste sentido, os espaços / edifícios a serem desenhados, foram selecionados também como espaços que devessem gerar / potencializar registros e discussões acerca da valorização / requalificação dos espaços, bem como discussões acerca das suas transformações.

## **O PROJETO DE EXTENSÃO NATAL DESENHADA EM MOVIMENTO (2021)**

Delineamos uma proposta para a 4ª edição deste projeto levando em consideração a possibilidade de estendermos as atividades até então circunscritas à cidade do Natal, para outras cidades situadas no território potiguar, localidades estas que, além de contar com um acervo patrimonial representativo da sociedade que a conformou, também contam com instituições de ensino públicas, que se apresentam como potenciais parceiros para o desenvolvimento das atividades propostas mas que, por outro lado, encontram-se sob a ameaça de desmonte e sucateamento, com cortes expressivos de recursos, nos últimos anos. Nesse sentido, acreditamos que a extensão seria um meio importante de reforço da aliança que há entre essas instituições.

Em função do isolamento social imposto pela pandemia do novo coronavírus sars cov2, foi adotada uma metodologia ancorada em meios digitais para acesso à imagens dos locais escolhidos a serem registrados por desenhos, bem como para a discussão e compartilhamento das temáticas que nortearam as atividades. Partimos, portanto, da definição da temática (patrimônio cultural) e do universo empírico onde seriam desenvolvidas as atividades (cidades do RN), para definirmos as temáticas a serem abordadas, bem como os locais a serem registrados por desenhos.

Nesta edição, a alteração mais significativa foi dada pela dinâmica dos encontros que foi aplicada na edição anterior (Alecrim Desenhado), quando houve a necessidade de adaptação ao modo remoto. Ao todo, foram realizadas cinco atividades em cidades previamente escolhidas. Sobre os procedimentos em si: 1. Cada um dos encontros teve início com a atividade do desenhar; 2. Roda de conversa; 3. Compartilhamento dos desenhos; 4. Apresentação/discussão sobre o que foi apreendido e registrado pelos participantes. Cabe destacar a incorporação, nos dois últimos encontros, de uma oficina de técnicas de desenho de observação (Oficina de desenho: técnicas

práticas para desenho de observação), realizada no intuito de incentivar os participantes a fazer seus registros, mesmo não tendo o hábito ou a prática do desenho. A seguir, serão apresentados cada um desses encontros e o resultado obtido.

Ressaltamos a importância atribuída à atividade de divulgação de cada um dos encontros, em que optamos pela elaboração de linguagem gráfica atrativa (Figura 04), lúdica, produzida pelos bolsistas do projeto de extensão<sup>2</sup>, e que foi alvo de comentários elogiosos durante todo o processo de execução do projeto.

Figura 04: Imagens de divulgação das atividades



Fonte: Acervo dos autores

<sup>2</sup> Os bolsistas Pedro Rafael Vidal de Araújo Queiroz e Matheus Araújo de Freitas foram os idealizadores do projeto gráfico de divulgação dos eventos, constando de cartazes gerais de divulgação, mapas e links dos percursos sugeridos, cartões de identificação dos edifícios sugeridos para a realização dos desenhos.

O primeiro encontro, realizado em articulação com professores e alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFERSA, abordou o patrimônio da cidade de Pau dos Ferros, que está localizada no Alto Oeste Potiguar. Habitado inicialmente pelos índios Panatis, o local onde posteriormente é fundada a cidade, passa a servir de descanso para vaqueiros e viajantes que cruzavam o sertão, entre finais do século XVII e início do século XVIII, às margens do Rio Apodi, cercado por grandes árvores frondosas. Com o passar do tempo foram organizados pontos de comércio, com a venda e marcação de gado nos troncos dessas árvores. Quase cem anos após a criação da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, a lei provincial nº 344, sancionada em 4 de setembro de 1856 pelo governador Antônio Bernardo Passos, elevou o povoado à categoria de vila, desmembrando-a de Portalegre. O nome "Pau dos Ferros" vem de marcas fixadas com ferro em brasa numa oiticica.

Participaram da roda de conversa o poeta e cordelista Robson Renato e a professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFERSA Anna Cristina Ferreira. Em sua poesia, Robson busca inspiração na simplicidade do povo e dos costumes vinculada aos elementos identificadores do sertão (cultura / lugar / cidade), busca agregar o povo e a cidade, procurando sair do senso comum de retratar figuras e lugares vinculados somente à "história oficial":

“... E nasci na quentura do extremo do oeste  
Nas margens tranquilas do rio Apodi  
Vi touro e garrote  
Descer do jiqui  
Testando vaqueiro e tombando no teste  
Pois vi Zé de Ana que é cabra da peste  
Fazendo o resgate do nosso lugar...”  
(Pau-ferrense Agalopado /Trecho do poema - livro)

Podemos identificar em seu discurso o conceito de espaço geográfico como construção social que se materializa no espaço, mas que só tem significado "se tiver gente". Nesse sentido, através do cordel, enfatiza o papel da feira como identificadora da cultura nordestina e pau-ferrense, reconhecendo o patrimônio vinculado ao cotidiano.

A professora Anna Cristina apresentou o projeto de pesquisa "Memória do Sertão", que buscou mapear e identificar o patrimônio cultural e edificado da cidade. Destacou que a legislação que incide no patrimônio reconhece duas feiras como patrimônio cultural e bem de natureza imaterial do município: a Feira Intermunicipal de Educação, Cultura, Turismo e Negócios do Alto Oeste Potiguar (FINECAP) e a Feira do Artesanato Pau-Ferrense (FARPA). Observa que intervenções recentes geraram uma desqualificação / desvalorização do patrimônio cultural edificado tanto em áreas públicas, quanto em edifícios isolados. Não há compreensão de que se pode tirar partido do patrimônio histórico, para valorizar as intervenções. E aponta a falta participação popular como um dos motivos desse não reconhecimento.

Contando com a presença de participantes do RN, de outros estados do Brasil, bem como de participantes de Portugal, a discussão que se seguiu após as falas dos convidados foi ilustrada pelos desenhos que foram sendo apresentados. Alguns assuntos foram recorrentes, tais como: reformas que desqualificaram o patrimônio (Mercado Público); a derrubada de um conjunto de três casas preservadas para a construção de um shopping, e que afetou a escala

do entorno de uma das praças do centro histórico; a percepção de que os edifícios transmitem informações e que é preciso se olhar atentamente para esses artefatos que nos contam histórias; foram destacadas edificações cuja composição das fachadas resistem às transformações que vêm ocorrendo no entorno, bem como a arquitetura popular (a cidade real onde de fato a vida acontece) e relações com as memórias dos lugares.

Para além do edificado foram feitas referências à cena musical pauperrense; evocação ao rio Apodi, que parece estar "invisibilizado" com tantas construções em suas margens, além de desenhos que apresentam a paisagem natural e cenas do cotidiano.

Por fim, observou-se que é necessário um melhor direcionamento de recursos para se promover uma melhor qualidade urbana, inclusive com relação ao patrimônio edificado, bem como a necessidade premente de planejamento com relação à políticas urbanas que valorizem e promovam a educação patrimonial na cidade.

O patrimônio cultural da cidade de Caicó foi o tema do segundo encontro. De acordo com Câmara Cascudo, a gênese do nome da cidade se dá a partir dos termos "Acauã" e "Cuó", rio e serra, respectivamente. "Acauã" pertence à língua Tupi e "Cuó", ao dialeto dos Tapuias e Tarairius. Essas tribos identificavam o rio pelo termo "quei", o que sugere que Caicó seja uma corruptela de "Queicuó", ou seja, rio do Cuó. Situada na confluência dos rios Seridó e Barra Nova, na microrregião do Seridó Ocidental tem como atração principal a Festa de Sant'Ana, realizada no mês de julho, tombada como patrimônio imaterial do Brasil em 2010, porém, também é lembrada pelos bordados, sua rica culinária e seu carnaval.

A arquiteta, urbanista e cordelista Anita Alves, uma das puxadoras de conversa, buscou descrever o que é ser caicoense e, ainda mais, sobre o orgulho de ser Seridoense, característica de um povo que se percebe como pertencentes a uma "Região" e que se orgulha de "voltar para casa". Reconhece esse sentimento como sendo fruto de raízes profundas relacionadas à tradição familiar (pessoas que se apresentam pelo nome informando em seguida de quem é filho), que conservam o contexto de vizinhanças e afirma "a gente valoriza a nossa história, a gente valoriza a nossa cultura". Do ponto de vista do patrimônio imaterial, faz referência às festas religiosas (Santana e Rosário - esta última trazendo referências da cultura negra), à cantoria de viola e aos cordelistas, sendo a Casa de Cultura o centro de valorização da cultura popular, com ênfase no cordel, de formação de artistas e de público. "As nossas vivências e nossas memórias estão ali".

Com relação ao patrimônio edificado, afirma que "as coisas - mais ou menos - permanecem", com exceção da Rua Cel. Martiniano. Faz críticas às intervenções na praça José Augusto (a praça de alimentação), no Mercado Público, na Prefeitura Municipal e na praça Dom José Delgado ("seria um parque maravilhoso"). E mostra como referência positiva o projeto de urbanização da Ilha de Santana, que promoveu um grande espaço de lazer para a população. Atribui ao poder público a falta de ações efetivas com relação à preservação do patrimônio e a desvalorização da atuação do arquiteto local.

A professora do Departamento de Arquitetura UFRN Edja Trigueiro, caicoense da gema, buscou fazer uma relação entre arquitetura, produção do

espaço construído e poesia. Falou que começou a vida acadêmica pesquisando patrimônio, mas atualmente "anda em crise" por atestar o ritmo acelerado de perdas e destruições. Contrapõe à visão da Anita: para ela o tempo de destruição é muito rápido e Caicó apresenta essa destruição acelerada. Citou o trabalho de inventariação patrimonial desenvolvido no Seridó entre 1996 e 2000 (cerca de 23 cidades), motivado pela "alarmante destruição", apontando uma série de transformações em espaços da cidade de Caicó. Citou também memórias familiares e revelou uma angústia: o objetivo que ela seguia, de que essas ações (inventariação) suscitassem políticas de preservação, não se concretizou. O que gerou uma angústia maior: "Esse meu esforço é para quê e para quem? A academia fala para ela mesma?" E se questiona "Mas, há esperança? Sim. Há esperança de que isso vaze da academia, e seja objeto de discussão, e que o habitante possa dizer o que é ou não patrimônio". Destacou a necessidade de se ampliar a discussão e envolver a sociedade de maneira mais ampla (o habitante como protagonista); de que esse conhecimento vaze da academia e alcance a pré-escola; bem como de ampliar o universo patrimonial (é preciso sair da excepcionalidade: incorporar culturas minoritárias, por exemplo). E exemplifica com as transformações ocorridas no interior das moradas, a partir das necessidades cotidianas das famílias, afirmando:

Não existirá uma legislação eficaz, até que esses temas sejam debatidos da pré-escola, à praça, ao meio da rua, para que as pessoas tenham voz, e que as memórias possam ser compreendidas, e que haja um embate de ideias, e que alguém ceda, e não se sinta logrado, não se sinta desamparado por essas atitudes.

Uma vez que, sem essa compreensão, "o que se perde é uma arquitetura de muito maior qualidade da que se ganha".

Novamente a audiência extrapolou os limites do estado e do país, com participantes apresentando suas impressões, desenhos e inclusive traçando paralelos entre experiências. Constatou-se que é impossível dissociar patrimônio material do imaterial, um se afirma na presença do outro - a festa de Santana como referência de "patrimônio e vivência" (materialidade e imaterialidade); que o desconhecimento acerca das formas de proteção, como a "lei de tombamento" pode resultar em perdas do patrimônio edificado; nesse sentido destacou-se a importância do ensino de História no processo de valorização do patrimônio em todos os níveis escolares e de histórias que são "invisibilizadas" (negros e indígenas, por exemplo), desconstruir a ideia de que "a educação é feita de um modo para que as pessoas não pensem que elas são parte formadoras das cidades". Partindo da ideia do desenho como desencadeador de histórias e memórias, os registros apresentados ilustraram as pessoas vivenciando o cotidiano da cidade: o costume de "sentar na calçada e jogar conversa fora, conversar miolo de quartinha", de preferência à sombra; reforça a baixa qualidade espacial das intervenções (exemplo: Mercado Público); o contraste entre o "antigo" e o "moderno"; a ênfase para os espaços de religiosidade e a expressividade construtiva da arquitetura rural; a relação dos edifícios com seu entorno e com a paisagem. E por fim, tratou-se sobre a necessidade de "voltar às ruas", de apropriar-se das ruas.

A terceira cidade alcançada pelo projeto foi São Paulo do Potengi, em parceria com professores do campus do IFRN/SPP que também fazem parte do

grupo USK. Localizada na margem direita do rio Potengi, a pequena povoação de São Paulo, pertencente ao Município de Macaíba, no final do século XIX, dedicava-se à lavoura e à criação de gado. Temendo as enchentes que ameaçavam inundar o povoado de Juremal, situado à margem esquerda do Potengi, o comerciante e fazendeiro Bento Urbano de Araújo, em 1909, resolveu mudar-se para o aglomerado de São Paulo. Uma vez instalado na cidade, construiu armazéns, incentivou os amigos a também se transferirem, trabalhou na implantação da feira livre e começou a participar efetivamente do desenvolvimento da localidade. O povoado de São Paulo foi elevado à condição de Distrito, em 1912, com o nome de São Paulo do Potengi, agregando o nome do rio ao do padroeiro da cidade.

O encontro começou com o poeta Marquinhos Poeta (Marcos Rafael Silva), de 13 anos, declamando o primeiro poema, se apresentando e apresentando seu lugar: a cidade de São Paulo do Potengi. Depois declamou um poema cujo tema é o Monsenhor Exedito e sua atuação (para além da função de pároco) na cidade, como a construção da Matriz e da Barragem. O Monsenhor é conhecido pelo empenho no enfrentamento à seca junto aos mais necessitados, na década de 50, foi chamado pelo povo de “Monsenhor das Águas” ou “Profeta das Águas”. O último poema apresentado foi o “Poema sobre a fome” (de Antônio Francisco): “a fome não está no pobre / na pobreza, e sim, em que a produz” (a elite).

Silvério Alves, professor e comunicador, iniciou a roda de conversa falando sobre a origem da cidade no morro do Juremal e sobre a importância da feira como elemento de consolidação dos núcleos urbanos. Segundo ele, já não existem mais edifícios da formação inicial, uma vez que o núcleo urbano teve que mudar o rumo de ocupação, em função das cheias do rio. Destacou a importância da presença dos edifícios religiosos e apontou como edificações mais antigas a casa de Bento Urbano e a capela. Cita registros de memória dos familiares e chama atenção para as respostas dadas pela natureza quando observa construções avançando sobre as margens do rio Potengi: “São Paulo do Potengi tem construído dentro do rio”. “O Potengi é valente”. Quando se refere ao Monsenhor Exedito, afirma que ele lutou contra a fome e contra a falta d'água, sempre com o olhar voltado para os mais pobres, e faz o relato dessas lutas a partir de “causos” que estão na boca do povo.

Com a presença de participantes locais e de outros estados do país, a discussão foi ilustrada por desenhos que registraram desde o casario popular (vilas) à “elegância” da igreja Matriz. A casa do Monsenhor Exedito se apresenta como marco histórico e o Centro Social como marco da ocupação. Outros detalhes observados no patrimônio edificado foram as referências neocoloniais na sede da prefeitura, o Colégio São José e os seus traços modernistas, bem como o hábito dos proprietários de imóveis de inserirem as iniciais de seus nomes nas fachadas dos edifícios. Cenas do cotidiano como a feira (burburinho e muitas informações), o movimento de pessoas e de mototaxistas nas ruas, típico das cidades do interior. A relação da cidade com o rio foi retratada pelo registro da “passagem molhada” (circulação possível quando o rio está seco) e de panorâmicas a partir da barragem. Também se fez uma reflexão sobre o uso inadequado dos anúncios publicitários que encobrem parcialmente as edificações históricas.

O encontro foi encerrado com a apresentação de um vídeo musical, produzido por alunos do IFRN São Paulo do Potengi, que buscou transmitir uma mensagem de solidariedade e esperança diante, ainda, de um quadro de incertezas relacionadas à pandemia.

Setembro nos trouxe a oportunidade de realizar o quarto encontro, em parceria com professores do campus do IFRN/SGA, na cidade de São Gonçalo do Amarante, cuja origem remonta ao século XVII. Um pequeno povoado situado nas proximidades do rio Potengi dá início à cidade. Foi no Engenho Potengi, que pertencia a Estevão Machado de Miranda, que ocorreu o Massacre de Uruaçu, ato de resistência ao domínio holandês que vitimou a família e os habitantes dos arredores. Com a saída dos holandeses do povoado, em 1698, começaram a chegar os primeiros grupos de pioneiros exploradores, vindos de Pernambuco, dando início a organização do novo povoamento. Os portugueses Ambrósio Miguel de Sirinhaém e Pascoal Gomes de Lima, em 1710, construíram dois sobrados e uma capela em homenagem a São Gonçalo do Amarante, consolidando o povoado.

O professor e artista João Damasceno iniciou sua apresentação com a pesquisa "Arte e Cultura de São Gonçalo do Amarante: expressões e representatividades", que é uma iniciativa do Núcleo de Artes do Campus IFRN/SGA, na perspectiva da pesquisa como processo educativo, para além de um mapeamento, visa criar mecanismos de divulgação dessas representatividades. O município é reconhecido como berço do folclore potiguar citado nas pesquisas e obras de Câmara Cascudo, Deífilo Gurgel e Severino Vicente. Apresenta um patrimônio cultural e imaterial diverso e variado, tais como a obra de Dona Militana (romanceira); os artesãos ceramistas Antônio Soares e Dona Neném (criadores do galo branco, símbolo da cidade), Miraci Felipe (artesã) e as danças tradicionais (indicações de Deífilo Gurgel, no livro São Gonçalo, o país do Folclore), entre outras manifestações populares que precisam ser tiradas do anonimato. O professor João Damasceno fez menção às ações desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, em prol da valorização das referências culturais destes grupos.

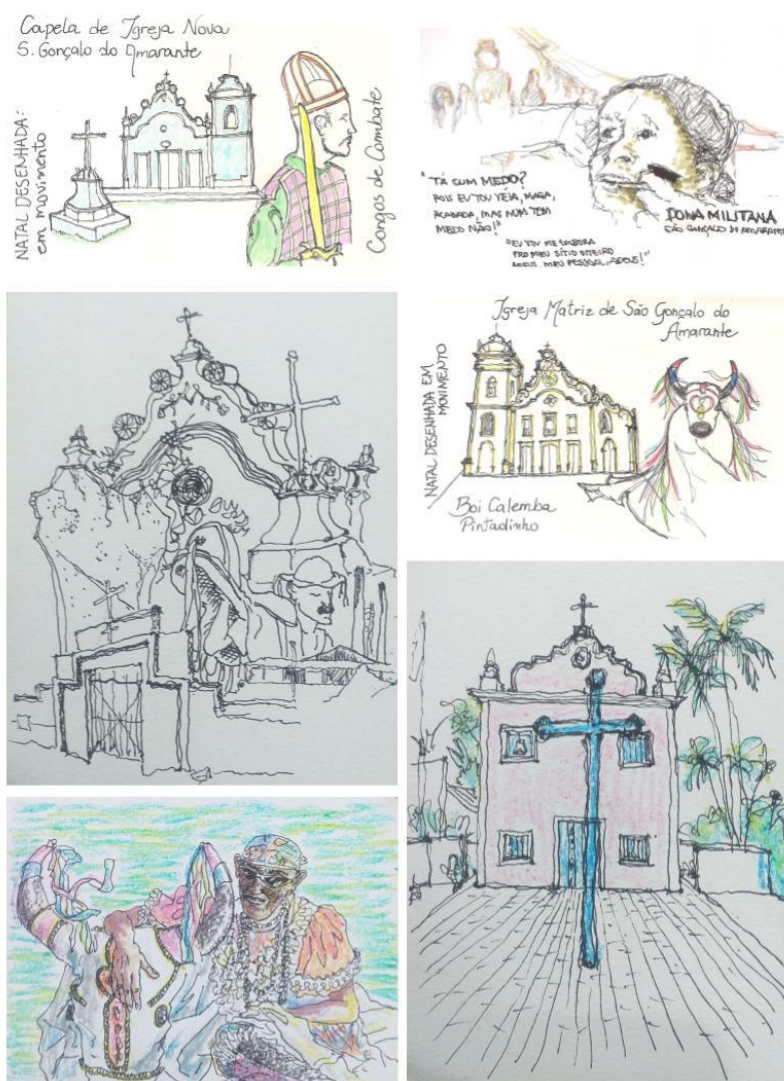
Gláucio Pedubreu, artista, educador e produtor cultural, inicia sua fala com uma saudação ritual. Em seguida, apresentou versos com base em Dorival Caymmi ("O que é que São Gonçalo tem?"). Os versos cantados, que passeiam pela cultura e pelo patrimônio material e imaterial de São Gonçalo do Amarante, foram relacionados ao que foi apresentado por João Damasceno no seu projeto de pesquisa: "São Gonçalo é esse lugar que emana sabedoria. Tem uma diversidade de linguagens muito forte". Apresentou a relação com a tradição familiar e de lugar, mais especificamente a congada, tradição secular, que resiste, na tradição geracional. No caso de São Gonçalo, o congo de combate: "O congo é um bailado dramático, composto por música, por dança, por poesia, por teatro, e que essas narrativas nós aprendemos na prática". Gláucio falou sobre o ritual de transmissão da coroa recebida de seu tio, na missa de sétimo dia do seu avô, em 2010, em cerimônia realizada na Igreja de São Benedito. Para ilustrar, apresentou um vídeo com a apresentação do congo de combate (Programa "Cenas Potiguares", produzido pela TV Universitária), onde se observa que a dança conta a história das batalhas dos reis negros escravizados a partir de uma hierarquia: mais velhos à frente e os mais jovens como aprendizes atrás. O Brincante "é aquele ser que dança, que canta, que

pula, que brinca, que sapateia, que fala poesia, que conta história", as nossas roupas, as nossas vestimentas, os nossos instrumentos, os nossos adereços, contam histórias. Afirmo que desempenha um papel importante na preservação e manutenção desse saber e percebe a necessidade de inserir essas manifestações populares como conteúdo no currículo escolar para "transversalizar os saberes" em articulação entre instituições para difundir esses saberes. Nesse sentido, reconhece que não existe "saber mais" ou "saber menos", existem saberes diferenciados, reafirmando o que disse Paulo Freire.

Gláucio destacou a necessidade de criação de leis de incentivo que possam garantir a sustentabilidade desses grupos, bem como de vincular as manifestações às práticas cotidianas e não somente a apresentações em "dias excepcionais" pois, "é diferente, quando estamos no palco de um festival e estamos em nosso lugar de origem", "existe uma dimensão sagrada, que somente quem sabe é quem sente, quem vive" e afirma que o cotidiano de São Gonçalo é uma escola de possibilidades. Ao se referir a Dona Militana: mulher negra, descendente de escravos, analfabeta, que recebeu a transmissão da prática romancista (medieval, ibérica) do pai juntamente com as irmãs, Gláucio fala da importância da memória como recurso para a transmissibilidade das manifestações: "Ela guardava os versos porque ela estava sempre cantando", "Dona Militana era uma professora. Dona Militana era pra ter ido para as grandes universidades". Por fim, destaca a importância das ações de documentação, como forma de preservação uma vez que "as grandes mídias não têm interesse de apresentar o que o povo faz", "a gente precisa tirar a arte de nossa prateleira, e levarmos os nossos alunos para a rua, para o campo, para os mestres, para eles viverem a cultura tradicional".

Sensibilizados pela força do patrimônio imaterial presente em São Gonçalo do Amarante, os participantes enfatizaram a diversidade do patrimônio cultural da cidade, presente na arquitetura religiosa (dos exemplares mais "sofisticados", como é o caso da Igreja matriz, reconhecida como patrimônio nacional pelo Iphan, às mais modestas, como é o caso da Capela de Utinga, Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e da Igreja Nova), e as mais recentes (Santuário dos Mártires); o espaço interno das igrejas; os espaços culturais (Teatro Municipal); o patrimônio rural edificado (Casarão do Lucas); o patrimônio imaterial (boi calemba pintadinho; congos de combate; a comunidade indígena da lagoa do Tapará); o artesanato (o galo branco), a partir do qual foi feita uma relação com a produção do Alto do Moura, em Caruaru, PE; alguns participantes incorporaram trechos de poesias de Dona Militana nos desenhos e fizeram referência às cores utilizadas no vestuário dos grupos (fitas e adereços coloridos); também houveram registros do pólo gastronômico de Pajuçara. Nessa atividade, destacou-se a participação de crianças que foram incentivadas a desenhar e apresentar seus registros. Restou clara a ênfase na indissociabilidade entre os patrimônios material e imaterial (Figura 05).

Figura 05: Registros do patrimônio material e imaterial



Fonte: Acervo dos autores

O último encontro desta edição teve como tema o patrimônio cultural do município de Ceará-Mirim. A ocupação da região está vinculada aos índios Potiguaros que viviam às margens do rio Pequeno (rio Ceará Mirim), que comercializavam clandestinamente o pau-brasil com os franceses, espanhóis e portugueses. Os portugueses juntamente com o índio Poty (Felipe Camarão), chefe da tribo dos Potiguaros, iniciaram a organização de um povoamento, fundaram um convento na aldeia do Guajiru, construíram uma igreja e um prédio destinado a câmara e cadeia. Porém, os colonizadores portugueses, com interesse nas terras férteis do vale, procuraram afastar a presença incômoda e ética dos jesuítas. Com isso, os índios, pressionados pelos colonizadores, negociaram as suas terras dando início à formação dos engenhos de cana-de-açúcar e o trabalho escravo, motores da economia e da história do vale do Ceará-Mirim, cujo apogeu se deu no final do século XIX.

A Arquiteta e Urbanista Luana Cruz, integrante da Divisão Técnica IPHAN/RN, iniciou a roda de conversa, apresentando um recorte da pesquisa desenvolvida em sua tese de doutorado, defendida no ano de 2015, no PPGAU UFRN. A pesquisa, intitulada "Os Caminhos do Açúcar: o papel dos engenhos

na formação do território potiguar (século XVII ao início do século XX)", enfatizou as diversas escalas abordadas acerca do tema: desde as questões relacionadas à dimensão territorial (regional) à escala local (cidades e arquitetura). Na primeira parte da apresentação, a arquiteta discorreu sobre os seguintes itens: contextualização histórica; formação territorial; escala urbana - cidades do açúcar; escala da arquitetura (apresentação das tipologias dos engenhos, tratando de identificar os elementos constituintes do conjunto). Na segunda parte, tratou-se da apresentação de um recorte da pesquisa, relacionado à "arquitetura dos antigos engenhos do RN - Ceará-Mirim", iniciando por uma contextualização sobre a atividade açucareira em Ceará-Mirim, com ênfase no século XIX, seguindo com o desenvolvimento das unidades produtivas e do próprio núcleo urbano, com reflexos na produção arquitetônica, e finalizando com o destaque dado às tipologias arquitetônicas (rurais e urbanas) construídas no período do desenvolvimento da produção açucareira, e com uma apresentação mais detalhada das tipologias dos engenhos encontradas em Ceará-Mirim, tendo como base o inventário realizado pelo IPHAN, em 2013.

Dando continuidade à roda de conversa, o arquiteto e urbanista Cícero Marques, morador de Ceará-Mirim, organizou sua fala a partir do material por ele produzido, e disponibilizado previamente para a divulgação do evento. No primeiro momento, Cícero discorreu sobre aspectos relacionados à área urbana: apresentou informações sobre a "área especial de interesse histórico-cultural", contida no Plano Diretor de 2006. No mapa apresentado, pôde-se identificar a área de concentração das principais edificações de interesse histórico, situadas no bairro Centro e no bairro Santa Águeda, em que se pode observar uma diversidade estilística dos edifícios (neoclássico, eclético, protomoderno) e de tipologias (arquitetura religiosa, residencial - solares e edificações mais modestas -, mercado público, edifício educacional, estação ferroviária). Cícero constatou a perda significativa de edifícios históricos. Em sua fala constam também informações sobre os edifícios em destaque (data de construção, usos - original e atual -, gabarito, filiação estilística, elementos das fachadas, imagens externas e internas) e nível de proteção (em casos específicos). Quando apresentou o mercado, fez menção à feira livre, como importante espaço de sociabilidade da cidade. Outro aspecto observado foram as adaptações para novos usos (biblioteca, por exemplo), bem como transformações na forma arquitetônica.

Com relação à arquitetura dos engenhos, a apresentação seguiu a sequência de informações utilizadas na listagem das edificações da área urbana, inserindo o item "implantação". As informações apresentadas por Cícero dialogam com as informações apresentadas por Luana. Os bens apresentados foram, em sequência: Casa Grande do Engenho Guaporé; Engenho Verde Nasce; Engenho Mucuripe; Ruínas do Engenho Carnaubal; Ruínas da Casa Grande do Engenho Cruzeiro; Ruínas da Casa Grande do Engenho Cruzeiro; Capela de São Francisco - Engenho Cruzeiro.

Com relação ao patrimônio imaterial, foram apresentadas informações acerca das seguintes manifestações: 1. Congo de Guerra: o Congo, definido como auto brasileiro de motivação africana, inicia-se em Ceará Mirim no início do século XX e apresenta manifestações de cantos, danças e dramatização de batalhas. Tem como principal referência o Mestre Tião Oleiro; 2. Caboclinhos: auto popular indígena, que representa as tribos indígenas janduí. Consiste em

um bailado vibrante e alegre, ritmado por sons de flauta, instrumentos de percussão, arco e flecha. Alusão a antigos desfiles indígenas, que simulavam combates com tribos inimigas; 3. Boi de Reis de Matas: Conforme Alves (2005, p. 35), consiste em um “folguedo popular de grande significação estética e social, surgido na Região Nordeste nas últimas décadas do século XVIII, nos engenhos de açúcar e fazendas de gado”. Trata-se de um auto com louvações e bailados que anunciam a saída de figuras, como o Boi, a Burrinha e o Jaraguá; 4. Pastoril: Auto popular, nascido dos dramas litúrgicos da natividade, encenados nas igrejas. Representam o nascimento de Jesus, a visita dos pastores ao estábulo de Belém, incluindo ofertas, louvores, pedidos de benção; 5. Banda de Música Municipal. Por fim, Cícero apontou para a necessidade de incentivo ao reconhecimento e valorização desses grupos, por parte de políticas públicas, para garantir a sua sustentabilidade.

A discussão teve continuidade a partir da apresentação dos desenhos elaborados durante o dia, pelo grupo de desenhadores participantes, contando mais uma vez com presenças de pessoas de outros estados do país, traçando paralelos / similaridades com suas experiências pessoais acerca da temática. Na fala dos participantes, bem como nos desenhos produzidos, destacamos: o estabelecimento de paralelos / conexões entre as áreas de produção canavieira espalhadas pelo Brasil: similaridades e particularidades nas tipologias arquitetônicas; preocupações com o desaparecimento gradual dos bens arquitetônicos (rurais e urbanos); apresentação dos desenhos vinculadas às narrativas (patrimônio material / imaterial / gastronomia; patrimônio urbano e patrimônio rural); a relação dos edifícios com os seus entornos (tendo como principal exemplo o caso da igreja matriz); o rebuscamento / apuro das edificações, notadamente os solares; a relação entre o mercado e a feira (a feira como espaços tradicionais em nossas cidades); as transformações / incorporações, com relação ao aspecto formal dos bens (ecclético convivendo com o protomoderno, no caso do prédio da atual sede da biblioteca); a diversidade de tipologias na arquitetura rural; a necessidade premente de ações de (re)valorização desses conjuntos, notadamente os exemplares da arquitetura rural; a identificação de relações entre as manifestações do patrimônio imaterial entre Ceará-Mirim e São Gonçalo (Congadas e Boi de Reis); algumas representações de cenas do cotidiano (conversas na entrada do mercado; o movimento da feira; conversa de calçada no muro do cemitério. Os desenhos das manifestações do patrimônio imaterial, em boa parte, foram apresentados em conjunto com os bens materiais, revelando o entendimento da indissociabilidade entre os patrimônios material e imaterial.

O encontro de Ceará-Mirim finalizou mais uma edição deste projeto. A nossa intenção é darmos continuidade no ano de 2022, tendo como enfoque a Zona Norte de Natal, uma área da cidade na qual predomina o caráter popular (nos espaços edificados, nos hábitos e costumes da população). Iremos concentrar os esforços para estruturar as atividades desta próxima edição, que esperamos que ocorra em formato presencial.

Como é de praxe, para definirmos os nossos próximos passos, realizaremos a avaliação desta edição “em movimento”, para incorporarmos contribuições advindas desta recente experiência. Nesse sentido, decidimos finalizar com estas reflexões, a partir de alguns “retornos” que já tivemos acerca

desta experiência, nas falas de alguns dos nossos convidados para as rodas de conversas:

Uma coisa que vocês deixaram ainda mais evidente, é que essa noção de patrimônio material e imaterial, ela está interligada, elas se entrelaçam. Então não tem como a gente compreender a igreja como espaço arquitetônico, sem entender os valores de quem ali participa. Então, muitas das imagens do Boi estão relacionadas ao patamar da igreja, que é a relação que a gente vive do sagrado, dessa noção da sacralidade, do espiritual. Então, os desenhos, de fato, materializaram a imaterialidade que a gente vive na fala, quando muitas vezes a forma de se expressar é através dessa poesia, através do canto, do desenho, desse corpo, desse gestual que comunica. E vocês deram vida a tudo isso, e eu “tou” assim, fascinado. (Gláucio Pedubreu)

Acredito que projetos como esse dos USK justamente favorece e contribui para que nos municípios, esses itens, o patrimônio arquitetônico, o material, o imaterial e tantos outros itens, sejam vistos, sejam focados. (Cícero Marques)

Ter um contato com vocês, com essa atividade do Urban Sketchers, que eu acho fantástica. É uma atividade leve, mas assim, de uma importância, porque a gente fala sobre patrimônio e a importância de valorizar esse patrimônio, conhecer esse patrimônio, a preservação passa por isso, e assim: na hora que você está desenhando uma cidade, eu acho que você está valorizando essa cidade, você tá aproximando as pessoas. (...) Acho que esse projeto de vocês traz isso, promove isso, tanto para quem tá desenhando quanto para quem tá participando. Acredito que quando acontece na rua, também tem essa interação com a população, esse olhar sensível. Então eu acho fantástico esse projeto de vocês. (Luana Cruz)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo... (Paulo Freire)

Tomando ao pé da letra a lição do mestre Paulo Freire, o projeto de extensão Natal Desenhada não esperou, esperançou! No momento em que fomos impedidos de estar juntos na rua discutindo, apreendendo e ampliando a noção de patrimônio em vários lugares da cidade e em outras cidades, buscamos meios virtuais de comunicação e encontro. Buscamos ampliar a rede de contatos e o olhar sobre o patrimônio pelo interior do estado e, apesar das dificuldades de adaptação ao modo remoto, as transmissões ao vivo permitiram a participação de pessoas de outras cidades e estados do país e até de Portugal. De forma que alcançamos um público maior, antes restrito à cidade de Natal. Cabe ressaltar que este alcance deverá apresentar uma maior dimensão, haja visto que os resultados de todos os encontros estão disponibilizados nas mídias sociais (Facebook, Instagram, Youtube).

O esperançar também pode ser identificado nas possibilidades e reforço das parcerias entre instituições (notadamente as públicas), e a sociedade civil

de um modo geral, no sentido de ampliar o alcance das ações promovidas pelo projeto de extensão.

A experiência reforçou o nosso entendimento acerca da importância das ações de extensão no processo de aproximação entre os saberes acadêmicos e a realidade vivenciada em nossas cidades. Reforçamos também a importância da utilização das bases conceituais, vinculadas ao entendimento mais alargado do que venha a ser a definição de patrimônio, incorporando a estes a prática cotidiana, bem como o nosso entendimento acerca do que vem a ser educação patrimonial, como processo educacional que extrapola os muros das escolas e insere os contextos socioculturais no processo.

Os trechos das falas que finalizam o corpo do texto do artigo, nos permitem afirmar a importância do uso do desenho de observação como linguagem, a expressar modos de ver / (re)conhecer / interpretar o vasto conjunto de referências patrimoniais apresentados durante todos os encontros que constituíram esta edição do projeto de extensão. De fato, a prática do desenhar com o olhar mais atento, nos permite “conhecer o mundo” e “aprender algo, e algo a mais, sobre uma pluralidade de coisas”.

Em essência, o projeto pressupõe o “estar no lugar”, apreender a cidade através dos desenhos de locação a partir da vivência no espaço urbano e edificações. A adaptação ao modo remoto foi possibilitada pela adoção de recursos digitais que, no entanto, não substituem a experiência presencial/sensorial do corpo na cidade. E é por isso que temos esperança de dar continuidade a este projeto de extensão de forma presencial, buscando ampliar os parceiros institucionais, tais como as escolas das redes municipais e estadual, na expectativa de sensibilizar as pessoas mais jovens para o reconhecimento da importância do patrimônio cultural de nossas cidades.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Gibson Machado. Ceará-Mirim memória iconográfica. Ceará-Mirim: Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim, 2005.

BRASIL. IPHAN. *Portaria N° 15*, de 21 de janeiro de 2019. DOU N° 33, 15 de fevereiro de 2019. Disponível em:  
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portarian1521dejaneirode2019.pdf>

BRASIL, IPHAN. *Educação Patrimonial*: histórico, conceitos e processos. Brasília: IPHAN, 2014. Disponível em:  
[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao\\_Patrimonial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf)

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança*: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KUSCHNIR, Karina. Desenhando Cidades. In: *Revista sociologia & antropologia*, v.02.04, 2012.

URBAN SKETCHERS EM LISBOA. *Desenhando a Cidade*. Lisboa: Quimera Editores, 2012